

# Racismo e pandemia: Quando a morte chega antes da doença

• Revista  
 **mosaico**

Amanda dos Santos  
Lemos<sup>1</sup>

**Racism and  
Pandemic: When  
the death comes  
before the  
disease**

## **Resumo**

Passados mais de dois anos do início da pandemia causada pelo novo coronavírus, o número de contaminados e mortos é estarrecedor. Mesmo, muitas vezes, o quesito raça e cor tendo passado despercebido nos registros de atendimento, estudos já realizados dão conta que a população negra foi/é mais atingida pela doença, inclusive reunindo maior número de óbitos. A partir desses fatos, a proposta deste artigo é analisar as questões estruturais que fazem com que a população negra seja mais vitimada pela doença e por toda sorte de situações aviltantes e insalubres, que fazem com que vidas negras sigam desprestigiadas na sociedade contemporânea reafirmando os valores coloniais que fundaram este país.

**Palavras-chave:** Racismo Estrutural; Colonialismo; Pandemia; Periferia.

## **Abstract**

More than two years after the beginning of the pandemic caused by the new coronavirus, the number of infected and dead is staggering. Even though the question of race and color has often gone unnoticed in the records of care, studies that have already been carried out show that the black population was/is most affected by the disease, including a greater number of deaths. Based on these facts, the purpose of this article is to analyze the structural issues that make the black population more victimized by the disease and by all sorts of demeaning and unhealthy situations, which make black lives continue to be discredited in contemporary society, reaffirming the values colonialists who founded this country.

**Keywords:** Structural Racism; Coloniality; Pandemic; Periphery.

## Introdução

A pandemia do novo coronavírus (COVID-19) escancarou as desigualdades e mazelas sociais e raciais que são parte de nossa formação sócio-histórica. Como era de se imaginar, a população mais vulnerável seria também a mais afetada, o que logo se confirmou pelos efeitos nefastos da doença; sem recurso, sem acesso, sem direitos e benefícios sociais. Também, já é sabido há tempos, que os/as negros/as estão entre os mais desprotegidos<sup>20</sup>. A maioria – dos meus irmãos e irmãs negras – não tem o privilégio que eu, como mulher negra, tenho de estar na minha casa, com água potável, sabão, álcool em gel, alimentação farta, computador, luz e internet, escrevendo estas linhas. Ao contrário, a maioria da população negra está na “correria”<sup>21</sup>, buscando estratégias para sobreviver a fome, a violência estatal e, por fim, ao coronavírus. “Não é preciso dizer que os mais vulneráveis sempre serão mais atingidos — isso independe de uma pandemia. *São questões estruturais.*” (RIBEIRO, 2020, on-line, grifo nosso).

No caso específico da pandemia, não é necessário muito esforço para entender que as populações mais vulneráveis estão também mais suscetíveis à doença, pois já vivem uma condição insalubre, desprotegida, cercada de perigos visíveis e invisíveis, experimentam a insegurança alimentar, não conseguem acessar os serviços de saúde e, constantemente, veem sua cidadania negligenciada por terem sua humanidade esquecida. Qualquer pesquisa socioeconômica mostra que pessoas negras se encontram sempre em situação mais periclitante que pessoas não negras<sup>22</sup>. Que nome dar a isso, senão racismo?

Os pretos moradores da cidade de São Paulo têm uma chance 62% maior de morrer por Covid-19 do que os brancos. Os pardos têm 23% mais risco. Os dados são resultado de uma análise científica das mortes registradas na cidade até 17 de abril, uma parceria entre o grupo de cientistas Observatório Covid-19 e a Prefeitura de São Paulo.

Brasilândia, na Zona Norte de São Paulo, continua sendo o distrito com maior número absoluto de mortos em São Paulo, segundo o mapa da Prefeitura. O bairro passou de 54 para 81 mortes por coronavírus confirmadas ou suspeitas. Crescimento de 39% em apenas sete dias. Por

---

<sup>21</sup> “Correria” é uma expressão informal que representa todas as ocupações/trabalhos/biscates que a população periférica faz para assegurar seu sustento.

<sup>22</sup> Vide dados do Atlas da Violência 2019, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

grupo de 100 mil habitantes, a Brasilândia tem 28,7 mortes. (DANTAS, 2020, on-line).

A população negra está desde 1535 – quando estimasse a chegada dos primeiros negros cativos ao país – lutando por condições dignas de vida e por coisas simples, como serem reconhecidos como pessoas. Desde sempre, o corpo negro é tratado como um corpo público desvalorizado, que está disponível para atendimento, apenas, das necessidades do outro, exclusivo para servidão, indigno de receber atenção, cuidado ou afeto. Em um sistema que, historicamente, negligência esses corpos, estar mais vulnerável é consequência de decisões que nunca priorizaram o bem viver de pessoas negras, nem mesmo pensou-se na inserção social dessas pessoas quando foram “libertas”. Agora, mais que nunca, fica claro como o racismo estruturou nossa sociedade e a nossa socialidade, desmembrando relações sociais instituídas a partir dessa referência.

Estudos sobre a demografia e as condições socioeconômicas da população evidenciam o perfil social da população brasileira (IBGE, 2019c) como majoritariamente negro, estando fortemente impactado pelas privações sociais, de moradia, saneamento, educação, emprego e renda. Ademais, dados de mortalidade, morbidade, incapacidade, acesso a serviços, qualidade da atenção, condições de vida e fatores ambientais são métricas utilizadas na construção de indicadores de saúde, que se traduzem em informação relevante para a quantificação e a avaliação em saúde. (BATISTA; ESCUDER; PEREIRA, 2004, p. 633).

Enquanto homens brancos, empresários abastados, discutiam o estabelecimento ou não de *lockdown*<sup>23</sup>, para preservar vidas de pessoas que não são brancas e tão pouco abastadas, os corpos negros continuaram servindo, se expondo de todas as maneiras ao vírus. Como dito em muitas redes sociais nesse período, estamos todos no mesmo mar, mas nunca estivemos no mesmo barco. Vejamos, na sequência, porque negros estão mais expostos à doença:

Para população negra, o cenário da pandemia se associa às condições desiguais determinadas pelo racismo estrutural e

---

<sup>23</sup> ‘*Lockdown*’ é uma expressão em inglês que, na tradução literal, significa confinamento ou fechamento total. Ela vem sendo usada frequentemente desde o agravamento da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2). Embora não tenha uma definição única, o ‘*lockdown*’ é, na prática, a medida mais radical imposta por governos para que haja distanciamento social – uma espécie de bloqueio total em que as pessoas devem, de modo geral, ficar em casa.

institucional, visto que ela tem menos acesso aos serviços de saúde e está em maior proporção entre as populações vulneráveis, que secularmente vivenciam a ausência do Estado em seus territórios. A pandemia desnuda o quanto o Brasil é um país desigual e pouco avançou na superação do racismo. No entanto, para conter a expansão da pandemia no país e dar o próximo passo, será preciso, em primeiro lugar, enfrentar o racismo e as desigualdades, porque, além de tudo, a população negra representa mais da metade da população brasileira. (GOMES; RAMOS; FERREIRA, 2020, p.4).

A chegada da COVID-19 no Brasil mostrou, aos que ainda tinham dúvidas, o quanto a nossa sociedade é racista, elitista, desigual e ineficiente (ou muito eficiente, dependendo do referencial) na promoção de políticas sociais que deem conta de ofertar o mínimo aos que tem muito pouco ou quase nada, que “curiosamente” são a maior parte da população.

Vemos em curso os efeitos e consequências de um Estado Mínimo, Neoliberal e conservador, que esvazia as ações estatais: empurrando a proteção e a satisfação das necessidades dos indivíduos para o Mercado; ampliando a miséria e as dificuldades para subsistência da população empobrecida; e fragilizando ou extinguindo os recursos públicos que poderiam socorrer os mais pobres num evento como esse. Numa situação caótica como a que estamos vivendo, sem a intervenção firme do Estado (lembrando os tempos de *Welfare State*<sup>24</sup>), os mais pobres são dizimados, pois: 1. Eles não têm recursos mínimos para proteção e prevenção contra a doença; 2. Em caso de contaminação e adoecimento não terão acesso, em tempo hábil, a serviços públicos de saúde capazes de prestarem a assistência necessária.

No ineditismo das situações trazidas pela pandemia, dois eventos chamam atenção e desenham como o racismo pode atingir e aniquilar gente preta, tornando-se mais letal que o próprio coronavírus. A primeira vítima fatal, no estado do Rio de Janeiro, foi Cleonice Gonçalves, trabalhadora doméstica negra e idosa, contaminou-se no exercício de sua atividade laborativa. Sua patroa, chegada sintomática de viagem à Europa, manteve a mulher negra trabalhando, mesmo diante do risco

---

<sup>24</sup> A definição de *Welfare State* pode ser compreendida como um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir uma certa “harmonia” entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprimindo a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente. (GOMES, 2006, p.203)

eminente. Em torno da morte, constitui-se uma áurea de apagamento de Cleonice quanto sujeito histórico social e de não indignação pelas circunstâncias de sua contaminação. Ao noticiarem sua morte, os veículos de comunicação retratavam-na apenas como “1ª vítima fatal” ou “a doméstica”, sem nome, sem rosto, sem identificação. “Em tudo que li, não encontrei o nome dela, sempre se referem a ela como ‘doméstica’. Fiquei pensando, [...], sobre a solidão institucional.” (RIBEIRO, 2020, on-line).

Não sendo suficiente, meses depois somos atingidos pelo caso do pequeno Miguel Otávio; menino negro, cinco anos de idade, morto ao cair do 9º andar do prédio onde sua mãe trabalhava como doméstica. Sua mãe, Mirtes Renata, teve de levá-lo consigo para o trabalho, visto que a pandemia impôs o *lockdown* e creches e escolas encontravam-se fechadas. Ao chamar repetidas vezes pela mãe, que havia saído para passear com o cachorro da família, acaba deixado sozinho no elevador pela patroa, para que fosse ao encontro de sua genitora. Encontrou a morte ao perambular pelo elevador e acabar no nono andar do prédio, de onde caiu. Como alguém pode deixar uma criança de cinco anos sozinha em um elevador? Isso só acontece porque crianças negras são vistas, pela sociedade, como as traquinas, incontroláveis e amadurecidas precocemente, a “tal malandragem”, atribuída a nossos antepassados.

Esses dois – trágicos – episódios, são apenas um pequeno exemplo do que é vivenciado diuturnamente pela população negra: a violência que atinge corpos negros só se compara às violências praticadas contra a população indígena, que perece.

Não é possível dizer se seria evitável que Cleonice e Miguel morressem, mas precisamos refletir sobre esses acontecimentos, marcadamente atravessados pela questão racial. “Ressalte-se, como a vida, que a morte digna também é um direito humano. E por morte digna se compreende a morte sem dor, sem angústia e de conformidade com a vontade do titular do direito de viver e de morrer.” (RIBEIRO, 2006, p. 1752).

Essas mortes, ainda que tenham sido produzidas pela pandemia, são viabilizadas pelo racismo estrutural que estabelece relações sociais baseadas na criminalização e desumanização de corpos negros, o que abre precedentes para que esses corpos não sejam cuidados como os demais.

A pandemia não é a mesma para todos: negros – pretos e pardos, de acordo com a denominação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – morrem mais do que brancos em decorrência da covid-19 no Brasil. A assertiva pode ser verificada a partir de dois estudos realizados neste um ano de pandemia, um do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde, grupo da PUC-Rio e outro do Instituto Pólis.

No primeiro, ficou demonstrado que, enquanto 55% de negros morreram por covid, a proporção entre brancos foi de 38%. Na segunda pesquisa, o Instituto Polis mostrou que a taxa de óbitos por covid-19 entre negros na capital paulista foi de 172/100 mil habitantes, enquanto para brancos foi de 115 óbitos/100 mil habitantes. (REPÓRTER SUS, 2021, on-line).

Buscar respostas mirabolantes para justificar o maior número de mortes por COVID entre pessoas negras, não cabe. A sociedade deve assumir que é racista e que esse racismo, cometido indiscriminadamente, vulnerabiliza pessoas negras, deixando-as mais suscetíveis a doença, a violência, ao desalento. Assim, diante dos fatos, a partir de pesquisa bibliográfica com consulta ao conteúdo produzido no contexto da pandemia, as experiências vividas e as fontes secundárias, propõem-se, neste artigo, um exercício reflexivo sobre a situação da população negra no Brasil pandêmico, que é atravessado por emoções e indignações, porém, mantém-se firme no propósito de contribuir para o debate racial na sociedade contemporânea.

### **O impacto do vírus na realidade brasileira**

De maneira repentina, o mundo se viu refém de uma ameaça invisível e devastadora, o SARS-CoV-225 ou novo coronavírus-2019. Um vírus desconhecido, altamente transmissível e imprevisivelmente letal. Muito tempo se passou desde o início da pandemia, o que inicialmente era dúvida e apreensão, deu lugar a certezas e ao escancaramento de muitas mazelas. Passados mais de dois anos do início da pandemia do coronavírus algumas lições valiosas deveriam ter sido aprendidas por todos: medidas impopulares salvam vidas, devemos acreditar na ciência e, em qualquer situação, os socialmente vulneráveis, serão os mais atingidos.

A chegada do novo coronavírus ao Brasil tornou a fome e a miséria

---

<sup>25</sup> Segundo o portal da Fundação Oswaldo Cruz (2020), os coronavírus causam infecções respiratórias em seres humanos e em animais. Geralmente, são doenças respiratórias leves a moderadas, semelhantes a um resfriado comum. Já o novo coronavírus é uma nova cepa do vírus (2019-nCoV) que foi notificada em humanos pela primeira vez na cidade de Wuhan, na província de Hubei, na China.

novamente uma realidade, banalizou a morte, tornou cidadãos brasileiros indesejados no mundo. A falta de um direcionamento central, visto o negacionismo praticado pelo governo federal, certamente, dificultou a programação de ações concomitantes para enfrentamento da pandemia, o que aprofundou o poço das desigualdades, potencializando a letalidade da doença e, novamente, vulnerabilizando ainda mais a população negra, que precisa lidar com os riscos da pandemia associados a todas as outras dificuldades que já vivenciam diariamente.

O cenário político pandêmico é diferente nas diversas regiões do país e do mundo, pois a forma de sociedades e governos lidarem com as medidas de enfrentamento à COVID-19 não foi linear. Um exemplo foi o deboche do presidente da República, no Brasil, sobre a gravidade da pandemia considerando-a uma 'gripezinha', denotando uma espécie de malthusianismo social e demonstrando que a política de governo é uma práxis neofascista.

Importante destacar que as ações advindas do governo Bolsonaro podem ser caracterizadas de diferentes formas. Embora a melhor conceituação ainda esteja em debate, e terá de incorporar o modo de ação do governo na pandemia, defini-lo como neofascista ou protofascista é uma aproximação razoável. Nesta caracterização, é importante considerar que a linha que separa a civilização da barbárie foi rompida quando empresários, acionistas da bolsa de valores e governo se posicionaram pelo imediato fim da quarentena, a despeito das consequências para a vida humana. (LOLE; STAMPA; GOMES, 2020, p. 7).

A falta de trato por parte do governo federal, em relação à pandemia, agravou ainda mais a crise sanitária e econômica. O Estado se apequenou quando a sociedade mais demandava a sua intervenção. Essa parcimônia do Ministério da Saúde retardou e muito o processo de vacinação no país, que já é sabido ser a única maneira eficiente de combater o vírus. Passado um ano de pandemia, iniciou-se a vacinação contra o vírus no mundo. A escassez de vacinas e insumos fez com que a imunização ocorresse pela definição de grupos prioritários, com muitos erros de logística e atrasos na entrega dos imunizantes e materiais. Destacam-se as iniciativas individuais de alguns governadores e prefeitos que lideraram uma verdadeira corrida pela defesa imunológica.

Retomando ao estabelecimento de grupos prioritários para recebimento do imunizante, em dezembro de 2020, o Ministério da Saúde publicou a primeira versão do *Plano Nacional de Operacionalização da Vacina contra a Covid-19*, que dava orientações quanto a campanha de vacinação e estabelecendo os sujeitos que compunham os grupos prioritários, visto a escassez de vacinas, a saber:

(...) trabalhadores da área da saúde (incluindo profissionais da saúde, profissionais de apoio, cuidadores de idosos, entre outros), pessoas de 60 anos ou mais institucionalizadas, população idosa (60 anos ou mais), indígena aldeado em terras demarcadas aldeados, comunidades tradicionais ribeirinhas e quilombolas, população em situação de rua, morbididades (Diabetes mellitus; hipertensão arterial grave (difícil controle ou com lesão de órgão alvo); doença pulmonar obstrutiva crônica; doença renal; doenças cardiovasculares e cerebrovasculares; indivíduos transplantados de órgão sólido; anemia falciforme; câncer; obesidade grau III), trabalhadores da educação, pessoas com deficiência permanente severa, membros das forças de segurança e salvamento, funcionários do sistema de privação de liberdade, trabalhadores do transporte coletivo, transportadores rodoviários de carga, população privada de liberdade. (BRASIL, 2020, on-line).

Observemos calmamente o grupo prioritário. É possível notar que raça e cor não são quesitos que o atravessam, ainda assim, percebe-se que os sujeitos mais vulneráveis do ponto de vista físico, econômico ou social estão contemplados nesse perfil. Mesmo podendo ser contemplada pela vacinação, desde que dentro do grupo estabelecido, a população negra, que está entre os vulneráveis, não é priorizada e continua sendo a mais vitimada pela doença. Pessoas negras morrem mais e assim são tratadas no país “onde racismo não existe”.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que pessoas negras (e indígenas) *sempre foram as que mais morreram neste país*, desde que europeus se acharam no direito de roubar uma terra (todo um continente), genocidar e sequestrar sua população originária, desterritorializar e escravizar populações de outro continente nestas terras. De acordo com a coleção ‘Brasil 500 anos’ lançada pelo IBGE, estima-se que mais de um milhão e meio de indígenas foram assassinados no Brasil após a invasão portuguesa.

Com relação à população negra, que foi raptada e trazida à força em porões de navios, da África até as Américas, para ser escravizada pelos brancos europeus, os ‘novos donos’ de uma terra roubada, estima-se que foram transportados mais de quatro milhões de pessoas negras de 1500 até meados de 1800. Desse tráfico humano, *cerca de dois milhões desembarcaram no Brasil, e os outros dois milhões morreram durante o trajeto em alto mar*. (AMBRÓSIO, 2021, on-line, grifo nosso).

O resgate histórico trazido pela citação de Letícia Ambrósio (2021), só ratifica que a morte sempre esteve próxima à população negra. Isso é histórico, estrutural e marcante. O coronavírus é apenas mais um ceifador que se apresentou, mas que evidenciou as disparidades raciais que há nesse país. Pessoas “não negras”, pobres e periféricas também estão vulneráveis aos efeitos destrutivos da

COVID-19, entretanto, não podemos ignorar os números e nem negligenciar as condições estruturais que levam os negros, majoritariamente, ao leito e à morte. Não se trata de uma competição para sabermos quem adoece e sofre mais. Porém, devemos trazer a categoria raça para o centro das análises estruturais e conjunturais e entender, definitivamente, o que o racismo causa à vida dos indivíduos. A essa altura, já devemos nos questionar quem é mais letal, a COVID-19 ou o racismo?

### **Uma análise sobre o corpo negro e a precarização de suas vidas**

“O corpo negro é um corpo encruzilhada. Sua existência é plena realização dinâmica entre a decisão e o sacrifício” (MALUNGO, 2018, on-line). A citação de Degê Malungo (2018)<sup>26</sup>, evidencia o que é carregar um corpo negro em uma sociedade racializada e hierarquizada: uma decisão equivocada para os parâmetros sociais, que mantêm negros cativos em uma subalternidade necessária para manutenção de um *status quo*, pode determinar seu sacrifício.

Tomando a obra *Vigiar e punir* de Michel Foucault (1975) como referência, vemos que os corpos têm um significado social, que é construído histórica e coletivamente. Para aceitação do significado, que é socialmente atribuído ao sujeito, podendo ser usados mecanismos de convencimento, que envolvem o disciplinamento, a vigilância e a punição, de maneira a subalternizar esse corpo e torná-lo dócil o suficiente para aceitar a condição questionável (para dizermos o mínimo), que a sociabilidade capitalista lhe reserva. Pensando o passado colonial e escravista de nossa sociedade e no conjunto de atrocidades que os corpos negros sofriam, vemos que sua subalternização e disciplinamento veem de longe. Construiu-se, em torno desse corpo, uma áurea de periculosidade, bestialidade e força, necessária para a satisfação das necessidades da elite. É um corpo desprezado por essas características, mas indispensável para a produção e o exercício das atividades servis. Um corpo docilizado, vigiado, mas também um corpo público, que está disponível para a satisfação da vontade do outro e não das suas,

---

<sup>26</sup> Degê Malungo (2018), trabalha o conceito do “corpo encruzilhada”, em artigo publicado na Revista Òkòtó, em outubro de 2018. Trata-se de uma publicação destinada a “divulgação para os textos e reflexões do Kilumbu Òkòtó”.

por ser considerado um corpo sem valor.

É certo que a naturalização da escravização de negros estabeleceu um regime bastante *'claro'* sobre quem são os corpos que merecem e devem ser explorados para o bem da humanidade. (E, não se engane, a humanidade é branca, apenas). (AMBRÓSIO, 2021, on-line, grifo do autor).

A centralidade da experiência humana está no corpo, sentimentos e experiências, são vivenciadas e sentidas pelo e com o corpo, “toda a cosmovisão de alguém é condicionada pelas suas experiências físicas e espirituais a que o corpo está sujeito no mundo” (ÒKÒTÓ, 2018, on-line), o corpo concentra poder e, por isso, desperta a cobiça do outro, como algo a ser conquistado. Os corpos conquistados são moldados, domesticados e preparados para receber, sem questionamentos, as ordens e o desprezo do conquistador, para isso, esses corpos precisam se tornar os “corpos dóceis”. (FOUCAULT, 1987):

Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo – ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam. O grande livro do Homem-máquina foi escrito simultaneamente em dois registros: no anátomo-metafísico, cujas primeiras páginas haviam sido escritas por Descartes e que os médicos, os filósofos continuaram; o outro, técnico-político, constituído por um conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares e por processos empíricos e refletidos para controlar ou corrigir as operações do corpo. Dois registros bem distintos, pois tratava-se ora de submissão e utilização, ora de funcionamento e de explicação: corpo útil, corpo inteligível. E, entretanto, de um ao outro, pontos de cruzamento. ‘O Homem-máquina’ de La Mettrie é ao mesmo tempo uma redução materialista da alma e uma teoria geral do adestramento, no centro dos quais reina a noção de ‘docilidade’ que une ao corpo analisável o corpo manipulável. (FOUCAULT, 1987, p. 117-118).

Logo, enquanto referência de força e poder, o corpo negro, na perspectiva de uma sociedade hierarquizada pelo estabelecimento da noção de raça, deve ser tomado e domesticado, pois este tem uma funcionalidade ao sistema. O racismo baliza essa função e legitima esse disciplinamento de corpos negros e aqui está a funcionalidade da disciplina, “a disciplina é uma anatomia política do detalhe” (FOUCAULT, 1987, p. 120), já que o detalhe é o que diferencia o sujeito e, automaticamente, determina o papel que ele desempenha na ordem social. Veja que o detalhe ou a diferença desencadeia os temores e preocupações em grupos sociais

antagônicos, de um lado os docilizados e de outro os disciplinadores.

Em *Vida precária: os poderes do luto e da violência*, Judith Butler (2019) coloca em xeque os processos de humanização e desumanização e a ética judaico cristã contemporânea, diante de cenários em que o “descarte” de corpos é aceitável. A precariedade da vida do outro justifica ações de disciplinamento e retaliação, baseadas na violência, na ação bélica e contundente.

Para Butler, as respostas alternativas e não violentas às violações sofridas teriam como ponto de partida a adoção da condição da vulnerabilidade e a agressão como bases da vida política. Ao acentuar que a precariedade da vida da qual fala o título do livro tem a ver com a possibilidade inescapável de ser vitimado, ela reconhece que a vulnerabilidade encontra-se distribuída desigualmente ao redor do mundo, o que faz com que algumas populações estejam mais suscetíveis à violência arbitrária do que outras. Segundo seu diagnóstico, a alocação diferenciada da vulnerabilidade se deve ao fato de que as responsabilidades éticas e políticas estejam calcadas em formas radicais de autossuficiência e soberania desenfreada. (FREIRE, 2020, p. 2)

Como dito por Freire (2020, p. 2), anteriormente, se algumas populações “estão mais suscetíveis à violência arbitrária do que outras”, sem dúvida alguma, no Brasil do passado e do presente, essas populações são negras e indígenas. E essa é uma violência institucionalizada, muitas vezes cometida pelo próprio Estado, que deveria resguardar a integridade física e moral de todos os cidadãos.

A leitura de Judith Butler (2019) auxilia a compreender a condição precária em que a população negra foi inserida, histórica e mundialmente, como um sistema político econômico e ideológico que oprime, disciplina e explora, funciona como recurso de endereçamento ao outro, perpetuando uma crença de superioridade e hierarquização dos indivíduos, mantendo grupos específicos desumanizados, e estabelecendo a precariedade como padrão àqueles que são docilizados.

Essa “estrutura de endereçamento” (BUTLER, 2019, p. 72), estabelece uma relação com o outro, a partir de valores e experiências morais e pessoais, e diz respeito a como o “eu” vê o “outro”, independentemente de como o “outro” realmente é. Nessa relação, o “eu” lida com o “outro” por meio de seus critérios próprios, o que é perfeito para legitimar o racismo. “Gostaria de considerar o ‘rosto’, [...], para explicar como os outros fazem reivindicações morais sobre nós, como nos endereçam demandas morais, demandas essas que não pedimos, mas que não podemos recusar.” (BUTLER, 2019, p. 160).

Sobre o rosto do outro repousa a familiaridade e é possível, ao olhá-lo, reconhecer minhas fragilidades e dependências, a minha própria precariedade. Esse rosto evoca a própria condição humana, evoca o direito e o dever, a ética e a moral, a dimensão corporal, dá materialidade a subjetividade da precariedade. Quando a precariedade é materialmente percebida, pode desencadear o desejo de eliminar aquela vida precária, como uma autoproteção, mas a ética e a moral impedem que este instinto fale mais alto. Mas, e quando esse rosto é racializado e o “eu” não se familiariza com ele?

No ideário social, o corpo negro é naturalmente precário, logo a mensagem que deve ser endereçada a esse grupo é a mensagem do medo e repugnância, que culmina com a violência e o desprezo por essas vidas.

(...) A estrutura do endereçamento é importante para entendermos como a autoridade moral é introduzida e sustentada, se aceitarmos não apenas que nos endereçamos a outros quando falamos, mas, que de alguma forma chegamos a existir, por assim dizer, no momento em que estamos sendo endereçados, e algo sobre nossa existência se mostra precário quando esse endereçamento falha. Mais enfaticamente, no entanto, o que nos vincula moralmente tem a ver com a forma como somos endereçados pelos outros de maneiras que não podemos evitar ou prevenir; esse impacto pelo endereçamento do outro nos constitui primeiramente contra nossa própria vontade ou, talvez, posto de maneira mais apropriada, antes da formação da nossa vontade. (...). (BUTLER, 2019, p. 158-159).

Ao que parece, pela estrutura racista de nossa sociedade, no caso de pessoas negras não há falhas no endereçamento. A mensagem é clara e repassada diariamente pelos meios de comunicação, pelas instituições e pelos “cidadãos de bem”. Lembremos os números que dão conta do maior número de mortes por COVID entre os negros.

A precariedade da vida do outro, associada a necessidade de disciplinar aqueles corpos que são servis ao sistema, leva ao desprezo pela vida humana, mas não qualquer vida, e sim de determinados grupos que terão suas vidas diminuídas em valor e prestígio. Essa despreocupação com o outro, pode nos levar a pensar na “Necropolítica”, categoria defendida por Achille Mbembe (2016), onde a política é centrada no extermínio e morte em larga escala. Porém, não se trata apenas de matar, todavia da decisão sobre quem deve viver e quem pode morrer, sem, contudo, regular as condições para a vida.

As técnicas de policiamento e disciplina, além da escolha entre obediência e simulação que caracterizou o potentado colonial e pós-colonial, estão gradualmente sendo substituídas por uma alternativa mais trágica, dado o seu extremismo. Tecnologias de destruição tornaram-se mais táteis, mais anatômicas e sensoriais, dentro de um contexto no qual a escolha se dá entre a vida e a morte. Se o poder ainda depende de um controle estreito sobre os corpos (ou de sua concentração em campos), as novas tecnologias de destruição estão menos preocupadas com inscrição de corpos em aparatos disciplinares do que em inscrevê-los, no momento oportuno, na ordem da economia máxima, agora representada pelo 'massacre'. (MBEMBE, 2016, p. 141).

O estabelecimento da política de morte – “Necropolítica” – libera os sujeitos de questões éticas e morais, o que legitima o descarte daqueles que tem a vida mais precarizadas. Conforme Lévinas (apud Butler, 2019, p.167) expõe que o poder de matar o outro é justamente o oposto de poder, pois é o momento em que o olhar do outro é definitivamente perdido. Não seria a “Necropolítica” a perda da capacidade de se reconhecer no outro, a ponto de deixá-lo morrer?

Nesse cenário, parece não haver na sociedade moderna espaço para outra mensagem (tratando a questão do endereçamento) à população negra que não seja da desumanização, da violação e do extermínio. Quando uma pessoa negra sucumbe, apenas temos a consumação da precariedade que atinge a sua existência, a sua e de seus ancestrais. São pelo menos 486 anos desde a chegada do primeiro negro escravizado até a atualidade de barbáries sofridas aqui no Brasil.

[...] as pessoas negras continuam realizando os trabalhos mais precários que os brancos não querem realizar. De acordo com o IGBE, mais de 70% das pessoas mais ricas do país são brancas. E mais de 75% das pessoas mais miseráveis são negras. Com relação à escolaridade, 79% da população branca entre 18 e 24 anos acessam formação em nível superior, enquanto 50% da população negra, nessa mesma faixa etária, acessam a universidade. Quase 70% dos cargos de gerência e direção em empresas são ocupados por pessoas brancas, enquanto os cargos ocupados por pessoas negras não chegam a 30%.

Pelo menos 40% da população negra vivem com renda abaixo da linha da pobreza (com menos de 5,5 dólares/dia, cálculos de 2011). Enquanto, aproximadamente 18% da população branca vivem na mesma situação. A média percentual de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza da população brasileira em geral é 30%.

Pelo menos 45% da população negra vivem sem, no mínimo, um tipo de saneamento básico (entre coleta de lixo, abastecimento de água e/ou rede de esgoto). Para a população branca, essa taxa é em torno de 27%.

Com relação à taxa de homicídio, morrem quatro vezes mais homens negros do que com relação aos brancos, e pelo menos o dobro de

mulheres negras com relação às brancas. (AMBRÓSIO, 2021, online).

Sobre os rostos negros não repousa a similaridade e a humanidade necessárias para a geração da clemência, da piedade. As estatísticas provam que a população negra, apesar de ser maioria (cerca de 55%), segue ocupando os piores lugares nas estatísticas, vivendo a precariedade, sendo alvo da “Necropolítica” e tendo seus corpos disciplinados pela exclusão. Há no racismo uma certa exclusão moral, que antecede a ética e nega ao negro a condição humana e, portanto, a possibilidade de ter no seu rosto a representação de semelhança para alguém.

(...) Responder ao rosto, entender seu significado, significa estar desperto para o que é precário na vida de um outro, melhor, para a precariedade da própria vida. (...) É necessário que esse seja um entendimento da precariedade do Outro. *É isso que faz o rosto pertencer à esfera da ética.* (BUTLER, 2019, p. 164, grifo nosso).

A precariedade da vida do negro começa nas suas características fenotípicas, na sua forma que condiciona sua existência, a ausência afetiva, econômica, política e social, invisibilizando-o como sujeito social e inviabilizando a aproximação do outro por autoidentificação, pois seu rosto, sua pele e seu cabelo causam repulsa. O resultado, dessa estrutura de endereçamento racista, materializa a precariedade vivida pela população negra no Brasil em números de mortos.

## Considerações Finais

O coronavírus já provocou a morte, até aqui, de mais de 662.000 brasileiros<sup>27</sup>. O quesito raça e cor não aparece nas estatísticas oficiais, porém, inúmeros trabalhos científicos confirmam que a taxa de letalidade é maior entre negros<sup>28</sup>.

A inclusão do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde é de competência das esferas de gestão do SUS, e a publicização de relatórios sistematizado acerca contendo informação desagregada por raça/cor passou a ser obrigatório a partir da publicação da Portaria n.344 do Ministério da Saúde em 2017.

<sup>27</sup> Número registrado em 16 de abril de 2022, por *Our World in Data*.

<sup>28</sup> Alguns desses trabalhos subsidiaram a escrita deste artigo e se encontram listados nas Referências.

Essas condicionalidades se acumulam e se inter-relacionam em um cenário de crise sanitária como no caso da pandemia da Covid-19. Elas precisam ser consideradas no enfrentamento da pandemia.

*Apesar desse contexto, o quesito raça/cor não foi elegível para análise de situação epidemiológica da Covid-19 nos primeiros boletins epidemiológicos*, ainda que constasse nas fichas de notificação para Síndrome Gripal e para Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), ambas utilizadas como instrumentos de registro, monitoramento e avaliação dos casos suspeitos leves e graves da Covid-19, respectivamente, na rede de atenção básica, nos centros de triagem, nas unidades de pronto-atendimento e na rede hospitalar, assim como no formSUs inicialmente elaborado para registros da Covid-19. (SANTOS et al., 2020, p. 228).

Desde 1500, nossas situações de genocídio populacional atingem indivíduos que tem seus corpos racializados e desumanizados, tanto índios como negros. Claramente, a morte é o ápice da “Necropolítica”, todavia o processo de apagamento e invisibilização é intenso e contínuo, somente esse processo explicaria os números envolvendo negros na pandemia.

Todo o discurso moderno de direitos humanos, de direitos fundamentais, está construído em torno da ideia da representação dos seres humanos como pessoas racionais. Como essas pessoas são racionais, elas também são capazes de ter atitudes autônomas; essas pessoas são capazes de liberdade, diz o discurso. Esses indivíduos devem ser vistos (exatamente porque são racionais e autônomos) como pessoas capazes de operar de forma competente no espaço público.

E essa capacidade de atuação no espaço público é a principal forma de representação da humanidade no mundo moderno, que é a nossa representação como sujeitos racionais; aqueles, repito, que podem atuar de forma competente no espaço público. O racismo, o sexismo, a homofobia, são uma negação da individualidade exatamente porque essas formas de dominação, essas formas de biologia, estão baseadas na ideia de que negros, mulheres, homossexuais, não são seres humanos. (MOREIRA, 2020, on-line).

A COVID-19 aprofunda a cada dia o poço das desigualdades sociais e raciais enraizadas nas estruturas da nossa sociedade, reafirmando os valores coloniais que mantiveram a colônia e deram origem a esse Estado Nação, valores esses que parecem perpetuados, especialmente por nossa elite. Assim como “[...] o camburão que chega aos morros antes da SAMU [...]” (PEREIRA, 2013, p. 163), as políticas públicas de assistência, redistribuição de renda e cotas também não conseguem ultrapassar as barreiras invisíveis que segregam a população negra e pobre nas regiões mais periféricas das cidades. Percebe-se que racismo, elitismo e o machismo capitaneiam a forma como as relações se estruturam e como os

indivíduos são disciplinados e tratados.

Não devemos apenas pensar na doença, seus possíveis tratamentos e tudo o que gira em torno dos processos de infecção e cura. É preciso pensar por que uns sofrem mais do que outros; por que nem todos conseguem se proteger adequadamente; por que determinados grupos morrem mais que outros.

Muitos são os sistemas de opressão que se interseccionam para impor a privação como padrão de vida dessas populações. Dentre esses, o racismo, sem dúvidas, é o mais eficiente. No Brasil, “ele não existe” e como dito pelo professor Kabengele Munanga em entrevista de 2009, referenciada no texto *O nosso racismo é um crime perfeito* (2011, on-line): “o nosso racismo é um crime perfeito. [...] Ah, e cá no Brasil temos o nosso sistema de castas também, só que não oficial para dificultar seu banimento ou reconhecimento.”

O Brasil ao longo da sua história naturalizou a morte a rodo. Então a gente assistiu, enquanto sociedade, genocídio indígena sem dar um pio, a gente viu toda a tragédia da escravidão nesse país e a sociedade brasileira seguiu como se tivesse havido de fato alguma conciliação verdadeira, que tivesse produzido uma sociedade melhor a partir disso. O que que a gente tá [sic] assistindo? Porque um país não entra em choque, tá ligado [sic]? Não se desespera, por que que não pega fogo tudo aqui? Quando a gente vê duzentos e setenta e oito mil morto [sic], porque o Brasil aprendeu a olhar pra [sic] morte e tratar ela como paisagem [...]. E assistir duzentos e setenta e oito mil morto [sic] e não fazer nada é tá [sic] morto igual. [...]. (EMICIDA, 2021, on-line).

Enquanto o racismo é negado, pessoas negras seguem vitimadas, famílias negras dilaceradas, mães negras chorando seus filhos. Ascender social e economicamente não significa que o corpo negro está livre para ser.

O professor universitário Sandro Lopes, negro, adulto, saudável, sem comorbidades, foi mais uma vítima fatal da COVID-19. Em reportagem veiculada em um telejornal local exibido na Rede Globo de Televisão (TELES, 2021, on-line), sua esposa Flávia Lopes, informou que mesmo tendo sido atendido em hospital particular, sua transferência para unidade de tratamento intensivo demorou, visto que julgaram que ele “aguentaria”. Nas redes sociais ela escreveu: “O Sandro não foi morto só pela COVID, ele foi morto pela negligência, omissão e descaso que cai sobre nossos corpos secularmente.” Essa fala ressentida, doída, feita no momento mais vívido do luto, ilustra o que é feito com corpos negros: são negligenciados o tempo todo e ameaçados pela possibilidade do descarte.

Na verdade, o fato da Sars-Cov-2 ser mais letal entre negros não assusta, já era esperado diante de suas históricas condições de vida. Impressiona, no entanto, é que, na década de 2020, nossa sociedade não se indigne com o “genocídio” em curso e a consumação de uma “Necropolítica” praticada indecorosamente pelo Estado, acreditando que basta postar nas redes sociais “vidas negras importam”, para resolver um problema que é muito maior que uma pandemia.

Artigo recebido em 04 de abril de 2021

Aprovado para publicação em 26 de maio de 2022

96

## Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

AMBRÓSIO, Letícia. Por que as pessoas negras são as que morrem mais de COVID-19 no Brasil. **Informa SUS UFSCAR**, São Carlos, 18 maio 2021. Disponível em <https://www.informasus.ufscar.br/por-que-as-pessoas-negras-sao-as-que-morrem-mais-de-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 27 nov. 2021.

BATISTA, Luís Eduardo; ESCUDER, Maria Mercedes Loureiro; PEREIRA, Júlio Cesar Rodrigues. A cor da morte: causas de óbito segundo características de raça no Estado de São Paulo, 1999 a 2001. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 38, n. 5, p. 630-636, out. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102004000500003>. Acesso em: 16 jan. 2022.

BRASIL. Painel Coronavírus. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 27 nov. 2021.

BRASIL. Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 – PNO. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/secovid/pno\\_edicoes](https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/secovid/pno_edicoes). Acesso em: 27 nov. 2021.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

DANTAS, Carolina. Pretos têm 62% mais chance de morrer por Covid-19 em São Paulo do que brancos. **G1**, São Paulo, 28 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/28/pretos-tem-62percent-mais-chance-de-morrer-por-covid-19-em-sao-paulo-do-que-brancos.ghtml>. Acesso em: 09 jun. 2020.

EMICIDA. “O Brasil naturalizou a morte”, **Emicida**. 28 mar. 2021. Twitter: @Leila\_Argollo. Disponível em: [https://twitter.com/Leila\\_Argollo/status/1376332134923837441](https://twitter.com/Leila_Argollo/status/1376332134923837441). Acesso em: 02 abr.

2021.

ENTENDA o que é 'lockdown'. **G1**, 06 maio 2020. Bem-estar. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/06/entenda-o-que-e-lockdown.ghtml>. Acesso em: 26 nov. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Lucas. BUTLER, Judith. 2019. Vida precária: os poderes do luto e da violência. Trad. Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica. 189 pp. **Mana**, v. 26, n. 1, p. 1-4, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-49442020v26n1r801>. Acesso em: 05 dez. 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). O que é o novo coronavírus? Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pergunta/o-que-e-o-novo-coronavirus>. Acesso em: 05 jun. 2020.

GOES, Emanuelle F.; RAMOS, Dandara O.; FERREIRA, Andrea J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020, e00278110. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00278. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/d9H84fQxchkfhdbwzHpmR9L/?lang=pt>. Acesso: 12 jul. 2022.

GOMES, Fábio Guedes. Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 201-233. abr. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000200003>. Acesso em: 04 dez. 2020.

GUIMARÃES, Juca; SIMÕES, Nataly. Bairros da periferia de SP com mais negros acumulam mais mortes por Covid-19. **Alma Preta**, São Paulo, 24 jun. 2020. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/bairros-da-periferia-de-sp-com-mais-negros-acumulam-mais-mortes-por-covid-19-160501658.html>. Acesso em: 25 jun. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2019**. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 16 mar. 2022.

LOLE, Ana; STAMPA, Inês; GOMES, Rodrigo Lima R. (orgs.). **Para além da quarentena: reflexões sobre crise e pandemia**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

MALUNGO, Degê. O corpo negro é um corpo encruzilhada. **Medium**. Out. 2018. Disponível em: <https://dessalin.medium.com/o-corpo-negro-%C3%A9-um-corpo-encruzilhada-ca8082e34bee>. Acesso em: 16 de mar. 2022.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**. n. 32, p. 122-151, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 05 dez. 2020.

MOREIRA, Adilson. O racismo existe para garantir vantagens competitivas para pessoas brancas [Entrevista concedida a] Roberto de Martin. **Carta Capital**. Brasília, 09 dez. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/adilson-moreira-o-racismo-existe-para-garantir-vantagens-competitivas-para-pessoas-brancas/>. Acesso em: 28 nov. 2021.

ÒKÒTÓ, Dessalín Ìdòwú Malúngu. O Corpo negro é um corpo encruzilhada. **Revista Òkòtó**, 08 out. 2018. Disponível em: <https://dessalin.medium.com/o-corpo-negro-%C3%A9-um-corpo-encruzilhada-ca8082e34bee>. Acesso em: 19 jun. 2019.

GLOBAL CHANGE DATA LAB. **Our World In Data**. Research and data to make progress against the world's largest problems. Disponível em: <https://ourworldindata.org/>. Acesso em: 16 abr. 2022.

PEREIRA, Tânia Maria Dahmer. Quando o camburão chega antes da SAMU: notas sobre os procedimentos técnicos-operativos do Serviço Social. In: FORTI, V; GUERRA, Y. (org.). **Serviço Social: temas, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2013. p. 163-182.

RAÍZES DA ÁFRICA. O nosso racismo é um crime perfeito. **Cada Minuto**, 20 ago. 2011. Disponível em: <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2011/08/20/o-nosso-racismo-e-um-crime-perfeito>. Acesso em: 02 abr. 2021.

REPÓRTER SUS: Negros são os que mais morrem por COVID-19 e os que menos recebem vacinas no Brasil. [Locução de]: Ana Paula Evangelista. [S. l.]: Brasil de Fato, maio 2021. *Podcast*. Disponível em: <https://www.epsvj.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>. Acesso em: 28 nov. 2021.

RIBEIRO, Diaulas Costa. Autonomia: viver a própria vida e morrer a própria morte. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 8, p. 1749-1754, ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/4j7czM9wTQRfP5rBqQn5WVf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jun. 2020.

RIBEIRO, Djamila. Doméstica idosa que morreu no Rio cuidava da patroa contagiada pelo coronavírus. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/djamilaribeiro/2020/03/domestica-idosa-que-morreu-no-rio-cuidava-da-patroa-contagiada-pelo-coronavirus.shtml>. Acesso em: 01 maio 2020.

SANTOS, Márcia Pereira Alves dos; NERY, Joilda Silva; GOES, Emanuelle Freitas; SILVA, Alexandre da; SANTOS, Andreia Beatriz Silva dos; BATISTA, Luís Eduardo; ARAÚJO, Edna Maria de. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 225-243, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.014>. Acesso em: 03 abr. 2021.

TELES, Lillian. Rio identificou esta semana nove casos de variante de Covid-19. **RJ TV 2ª Edição**. Rio de Janeiro, 02 abr. 2021. Disponível em: <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2011/08/20/o-nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/04/02/rio-identificou-esta>

semana-nove-casos-de-variantes-da-covid-19.ghtml. Acesso em: 16 mar. 2022.

**Sobre a autoria**

<sup>1</sup>Doutorado em História, Política e Bens Culturais (2019 - ) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/CPDOC). E-mail: amandadoslemos@gmail.com.